



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 00325

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/033/2005 e na Licença Ambiental Prévia 00762, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S/A

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: AV. ANTONIO GAZZOLA, 1001

BAIRRO: JARDIM CORAZZA

MUNICÍPIO: ITU

CEP: 13301-245

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO

LOGRADOURO: SP 300

MUNICÍPIO(S): CABREÚVA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO - SP 300, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS KM 78+200 E 79+200, TRAVESSIA DO BAIRRO JACARÉ EM CABREÚVA

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 02 (DOIS) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data 02/02/05

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado

SUANI TEIXEIRA COELHO  
Secretária Adjunta  
Decreto 39555/89 art. 95-I



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/01

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N° 00325

Durante o prazo de vigência da LI, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências:

- 1) Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras informando os aspectos relevantes da implantação do empreendimento, a situação atualizada da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, dos programas ambientais, incluindo os resultados relevantes obtidos durante os monitoramentos ambientais previstos, a análise crítica da eficiência das medidas e dos programas ambientais preconizados para o empreendimento, informando as eventuais não conformidades encontradas durante as obras e as respectivas ações corretivas implementadas;
- 2) Implantar o Projeto de Reposição Florestal relativo ao TCRA, aprovado pelo DEPRN, e informar nos relatórios semestrais a situação atualizada da implantação do mesmo;
- 3) Informar em até 30 dias após a emissão da LI, qual será o destino final para restos de obras e embalagens, entulhos e restos de madeiras, comprovando a regularização ambiental nos órgãos ambientais;
- 4) Obter a outorga no DAEE antes das intervenções no curso d'água do km 78+270, e apresentar uma cópia a este Departamento;
- 5) Apresentar em até 30 dias após a emissão da LI, o projeto específico para a travessia de fauna a ser implementada no km 78+325, para análise do DEPRN;
- 6) Apresentar a manifestação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba / Capivari / Jundiá;
- 7) Quando for necessária a utilização de novas áreas de apoio (áreas de empréstimo, bota-foras e unidades de apoio industriais), o empreendedor deverá providenciar as licenças ambientais pertinentes e apresentar os planos de utilização e recuperação final de tais unidades.

Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação o empreendedor deverá apresentar relatório final demonstrando a conclusão das obras e o atendimento a todas as exigências estabelecidas no processo de licenciamento e a implementação de todos programas ambientais, medidas mitigadoras e de controle constantes dos estudos ambientais apresentados.

O DAIA recomenda ao empreendedor gestões com as prefeituras municipais envolvidas para que estas desenvolvam iniciativas de controle do parcelamento e ocupação do solo para garantir um padrão de ocupação, ao longo da faixa de domínio da rodovia, compatível com os Planos Diretores municipais.

XX  
XX  
XX  
X

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem